

25/06/2013

PRIMEIRA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 115.986 ESPÍRITO SANTO**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. LUIZ FUX</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: VERA LUCIA QUEIROZ GOMES RAMOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

**EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL EM *HABEAS CORPUS* (CRFB, 102, II, *a*). CRIME DE VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL (CP, ART. 184, §2º). VENDA DE CD'S E DVD'S "PIRATAS". ALEGAÇÃO DE ATIPICIDADE DA CONDUTA POR FORÇA DOS PRINCÍPIOS DA INSIGNIFICÂNCIA E DA ADEQUAÇÃO SOCIAL. IMPROCEDÊNCIA DA TESE DEFENSIVA. NORMA INCRIMINADORA EM PLENA VIGÊNCIA. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.**

1. Os princípios da insignificância penal e da adequação social reclamam aplicação criteriosa, a fim de evitar que sua adoção indiscriminada acabe por incentivar a prática de delitos patrimoniais, fragilizando a tutela penal de bens jurídicos relevantes para vida em sociedade.

2. O impacto econômico da violação ao direito autoral mede-se pelo valor que os detentores das obras deixam de receber ao sofrer com a “pirataria”, e não pelo montante que os falsificadores obtêm com a sua atuação imoral e ilegal.

3. A prática da contrafação não pode ser considerada socialmente tolerável haja vista os enormes prejuízos causados à indústria fonográfica nacional, aos comerciantes regularmente estabelecidos e ao Fisco pela burla do pagamento de impostos.

4. *In casu*, a conduta da recorrente amolda-se perfeitamente ao tipo de injusto previsto no art. 184, §2º, do Código Penal, uma vez foi identificada comercializando mercadoria pirateada (100 CD's e 20 DVD's de diversos artistas, cujas obras haviam sido reproduzidas em

**RHC 115986 / ES**

desconformidade com a legislação).

5. Recurso ordinário em *habeas corpus* não provido.

## **A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator, vencida a Senhora Ministra Rosa Weber.

Brasília, 25 de junho de 2013.

**LUIZ FUX – Relator**

*Documento assinado digitalmente*

25/06/2013

PRIMEIRA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 115.986 ESPÍRITO SANTO**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. LUIZ FUX</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: VERA LUCIA QUEIROZ GOMES RAMOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

**RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** Cuida-se de recurso ordinário constitucional em *habeas corpus* (CRFB, art. 102, II, *a*) interposto pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo em favor de Vera Lúcia Queiroz Gomes Ramos, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que negou provimento ao agravo regimental interposto contra decisão monocrática proferida nos autos do HC nº 162.467/ES, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO REGIMENTAL. *HABEAS CORPUS*. EFEITO DEVOLUTIVO DO RECURSO DE APELAÇÃO. LIMITES NAS RAZÕES RECURSAIS. PLEITOS NÃO ANALISADOS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE NO ACÓRDÃO OBJURGADO. CONCESSÃO DE *HABEAS CORPUS* DE OFÍCIO. INVIABILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

1. O efeito devolutivo do recurso de apelação criminal encontra limites nas razões expostas pelo recorrente, em respeito ao princípio da dialeticidade que rege os recursos previstos no âmbito do processo penal pátrio, por meio do qual se permite o exercício do contraditório pela parte detentora dos interesses adversos, garantindo-se, assim, o respeito à cláusula constitucional do devido processo legal.

2. Não basta que a parte se limite a taxar o pleito como matéria de ordem pública para exigir do Poder Judiciário a

**RHC 115986 / ES**

análise de questões que, ordinariamente, se encontram dentro de um universo de inúmeras teses defensáveis de acordo com as provas produzidas nos autos, seja por parte da acusação ou da defesa, e que devem ser alegadas no momento oportuno, para que se privilegie o indispensável contraditório.

3. Na ausência de ilegalidade manifesta no acórdão objurado, inviável a almejada concessão de habeas corpus de ofício.

4. Agravo regimental improvido.

Consoante se extrai dos autos, a recorrente foi condenada à pena de 2 (dois) anos de reclusão, substituída por 02 (duas) penas restritivas de direitos e 10 (dez) dias-multa, como incurso na sanção do art. 184, § 2º, do Código Penal, porque, em 11/05/06, adquiriu, para fins de comercialização, 100 (CD's) e 20 (DVD's) contendo gravações de artistas diversos, produzidos com violação do direito autoral.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação postulando a absolvição da ora paciente, forte no argumento de que *“a violação aos direitos autorais é um problema global que deve ser encarado sob o ponto de vista social”*, de sorte a persecução penal deve recair sobre os autores dos produtos contrafeitos, e não sobre os meros responsáveis pela distribuição e comercialização dos artigos falsificados. O Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, porém, rechaçou a tese articulada pela defesa, negando provimento à apelação. Eis a ementa do *decisu*:

APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 184, §2º, DO CP. EXPOR À VENDA CD'S E DVD'S PIRATEADOS. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. CONDUTA TÍPICA. RECONHECIMENTO DO PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DA TUTELA PENAL AO FATO CONCRETO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Não haverá espaço para reconhecer-se o princípio da adequação social em face da conduta praticada pela ré, quando delitos semelhantes ao praticado vêm recebendo intensa

**RHC 115986 / ES**

repressão por parte do Estado, com maciças ações de fiscalização e repressão à venda de produtos falsificados. 2. Ademais, com a edição a edição da Lei nº 10.695/03, os delitos contidos nos parágrafos 1º e 2º, do art. 184 do CP, passaram a receber tratamento mais rigoroso, com a cominação, inclusive, de pena de reclusão. Tal fato, por si só, já evidencia que a *mens legis* caminha no sentido de que a conduta, sendo típica, eis que visa à intenção de lucro do agente, não pode ser ignorada pelo aplicador do direito, tendo agido com acerto o Magistrado neste particular. 3. Recurso conhecido e improvido.

Contra essa decisão, a Defensoria Pública do Espírito Santo impetrou *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça, que também rejeitou a pretensão de declaração da atipicidade da conduta com fulcro no princípio da insignificância e da adequação social da conduta, consoante a ementa transcrita ao início do relatório.

Daí o presente recurso ordinário constitucional, pelo qual se alega que o STJ não teria se pronunciado sobre matérias suscitadas pela defesa ao fundamento de que não apresentadas previamente ao TJ/ES. Alega que *habeas corpus* impetrado contra acórdão que decide recurso com devolutividade ampla (como ocorre com a apelação) não está adstrito às teses efetivamente enfrentadas pelo órgão julgador, sendo possível, por isso, manifestação do STJ, em sede *habeas corpus*, “*acerca de matéria não elencada nas razões da apelação e/ou não enfrentadas pelo acórdão que a julgou, em razão da amplitude do efeito devolutivo daquele recurso*”.

Em proveito da absolvição da paciente, a defesa apresenta duas principais linhas argumentativas. A *primeira* funda-se na aplicação do princípio da insignificância. Segundo articula, “*foram apreendidos 100 (cem) CDs e 20 (vinte) DVDs ‘piratas’, cujos valores unitários são, respectivamente, de R\$ 2,00 (dois reais) e R\$ 6,00 (seis reais), somando, portanto, R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais)*”, (...) *importe extremamente reduzido, que permitiria a conclusão de que se está diante do que a doutrina e a jurisprudência chamam de crime de bagatela*”. Aduz ainda que “*quanto à condição econômica da vítima e às consequências da ação da recorrente, basta*

**RHC 115986 / ES**

*lembrar que se está diante da grande indústria cinematográfica e fonográfica, uma das principais representantes do capital na atual fase do modo de produção capitalista, indústria esta que acumula lucros extraordinários a cada ano”.*

*A segunda tese de defesa afirma que “a conduta da recorrente é socialmente adequada, pois a coletividade, de uma maneira geral, não recrimina o vendedor de CDs e DVDs reproduzidos sem a autorização do titular do direito autoral, mas, ao contrário, estimula a sua prática em virtude dos altos preços desses produtos, insuscetíveis de serem adquiridos por grande parte da população”.*

*Requer o “provimento ao recurso ordinário para reformar o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, com a consequente absolvição da recorrente, seja em razão da atipicidade material da conduta (princípio da insignificância), seja com base na aplicação do princípio da adequação social”.*

Em sua manifestação, o Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do recurso ordinário. Eis as razões expostas pelo *Parquet*:

“Não se ignora que parte da população adquira produtos denominados ‘piratas’, no entanto, isto não revela a concordância ou o apoio popular ao cometimento de crimes contra a propriedade intelectual, como se vê na espécie.

O mesmo se diga em relação às autoridades públicas e policiais. É de longa data a fiscalização e repressão à prática de violação de direito autoral e comercialização de produtos ‘piratas’, que, em certas épocas foi mais efetiva, em outros momentos menos intensa, mas sempre foi considerada conduta ilícita, e objeto de medidas repressivas. Tanto é verdade que quem vende CD's e DVD's piratas assim age com apreensão e temor de perda das mercadorias e até mesmo de prisão, buscando sempre ações que possam antever ou iludir a ação fiscal e policial. Daí, portanto, quem age escondido e com receio de ser preso ou ter seus produtos apreendidos não o faz com a complacência social.

Por outro lado, não se pode considerar socialmente tolerável uma conduta, como a descrita nos autos, que causa enormes prejuízos ao Fisco pela burla do pagamento de

**RHC 115986 / ES**

impostos, à indústria fonográfica nacional e aos comerciantes regularmente estabelecidos.

Aqueles que optam deliberadamente pela atividade comercial ilícita não podem lograr privilégios não concedidos àqueles que cumprem com suas obrigações legais, derogando-se, ainda, a norma penal incriminadora e estimulando, em última análise, a concorrência desleal.

É evidente a ocorrência de efetiva lesão ao bem jurídico protegido pela norma penal, no caso, o direito autoral, que é garantido constitucionalmente àqueles cujos trabalhos artísticos foram objeto de cópia ilegal.

Claro está, que, ao contrário do que assevera o postulante, a conduta da recorrente se mostra socialmente inadequada, apresentando, ainda, um grau de reprovabilidade que não se coaduna com o princípio da insignificância”.

É o relatório.

25/06/2013

PRIMEIRA TURMA

## RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 115.986 ESPÍRITO SANTO

## VOTO

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** Preliminarmente, assento que a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, ainda que tenha assentado a inadmissibilidade do *writ*, enfrentou, *ex officio*, o mérito da impetração para denegar a ordem. Com efeito, depreende-se do acórdão recorrido a conclusão de que *“do édito repressivo não ressuma qualquer ilegalidade manifesta a ponto de ensejar a almejada concessão de habeas corpus de ofício”*. Note-se também que a pretensão recursal aqui deduzida é de reforma do aresto impugnado, e não de sua anulação. Nesse cenário, entendo que é possível o enfrentamento da tese de fundo articulada pela defesa, sem que se configure, na hipótese, supressão de instância.

No mérito, porém, rejeito os argumentos de defesa, mantendo integralmente o acórdão emanado do Superior Tribunal de Justiça, o qual, por seu turno, chancelou a condenação imposta à paciente pelo crime tipicado no art. 185, §2º, do Código Penal.

Extraí-se da sentença condenatória que *“restou comprovado que a acusada estava comercializando mercadoria pirateada, como se vê do Auto de Apreensão de fls. 08 e pelo próprio interrogatório da ré às fls. 41”*. A referida mercadoria pirateada compreendeu 100 CD’s e 20 DVD’s de diversos artistas, cujas obras haviam sido reproduzidas em desconformidade com a legislação. A materialidade, aliás, sequer é questionada no presente recurso, cingindo-se a defesa à tentativa de afastar a tipicidade da conduta criminosa imputada à paciente.

Sem embargo, não se pode admitir, em primeiro lugar, que a ação analisada possa ser afastada em nome do princípio da insignificância. Equivocado, no ponto, o argumento de que o impacto econômico da conduta seria apenas de R\$320,00 (trezentos e vinte reais), valor obtido a partir do preço cobrado pelo próprio infrator da norma penal. Em verdade, o impacto econômico da violação ao direito autoral deve ser medido pelo valor que os detentores das obras deixam de receber ao



**RHC 115986 / ES**

sofrer com a “pirataria”, e não pelo que os falsificadores obtêm com a sua atuação imoral e ilegal. Nesse cenário, inviável afirmar que a conduta da paciente apresente diminuta lesividade, a qual somente se sustenta sob a ótica distorcida da linha defensiva.

Já sob o ângulo da adequação social da conduta, também não merecem prosperar as alegações articuladas. Com efeito, deve-se destacar que a pirataria é sim prática combatida por diversos órgãos e entidades do governo brasileiro. Cite-se, a título ilustrativo, o Plano Nacional de Combate à Pirataria, atualmente na sua terceira edição (2013-2016), lançada pelo Ministério da Justiça no dia 13 de maio de 2013. Segundo informa a própria página do MJ na *internet*, apenas no ano de 2012 foram apreendidas pela Polícia Rodoviária Federal mais de 225.000 (duzentas e vinte e cinco mil) unidades de CD's falsificados. Mencionem-se ainda as diversas campanhas publicitárias do Governo Federal voltadas a conscientizar a população brasileira quanto ao problema dos crimes contra a propriedade intelectual. Tudo isso a indicar que não existe qualquer “tolerância” social para com prática tão violenta contra o sistema econômico e produtivo da nação brasileira.

O beneplácito judicial da conduta ora sob exame representaria salvo-conduto para ultrajes ainda mais aviltantes à propriedade intelectual, prática essa que deve ser abominada em razão dos efeitos dramáticos sobre a expansão da atividade criativa no país, sem contar outros prejuízos advindos da informalidade, como a sonegação fiscal e a falta de segurança a que fica exposto o consumidor.

Trago à colação julgado da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, de relatoria do i. Min. Ricardo Lewandowski, em que a Corte, pelo seu órgão fracionário, expressamente repudiou a tese de insignificância e adequação social da “pirataria”:

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. VENDA DE CD'S "PIRATAS". ALEGAÇÃO DE ATIPICIDADE DA CONDUTA POR FORÇA DO PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL. IMPROCEDÊNCIA. NORMA

**RHC 115986 / ES**

INCRIMINADORA EM PLENA VIGÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

I - A conduta do paciente amolda-se perfeitamente ao tipo penal previsto no art. 184, § 2º, do Código Penal.

II - Não ilide a incidência da norma incriminadora a circunstância de que a sociedade alegadamente aceita e até estimula a prática do delito ao adquirir os produtos objeto originados de contrafação.

III - Não se pode considerar socialmente tolerável uma conduta que causa enormes prejuízos ao Fisco pela burla do pagamento de impostos, à indústria fonográfica nacional e aos comerciantes regularmente estabelecidos.

IV - Ordem denegada.

(HC 98898, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 20/04/2010, DJe-091 DIVULG 20-05-2010 PUBLIC 21-05-2010)

*Ex positis*, voto no sentido de negar provimento ao recurso ordinário, mantendo a condenação da paciente pelo crime tipificado no art. 184, §2º, do Código Penal.

**25/06/2013**

**PRIMEIRA TURMA**

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 115.986 ESPÍRITO SANTO**

**VOTO**

**A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER** - Senhor Presidente, não repudio o princípio da insignificância, entendo que há atipicidade, peço vênia a Vossa Excelência.

E como não sou a Relatora, não posso ressaltar, eu fico vencida, a quem não prejudica, pedindo vênia.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 115.986**

PROCED. : ESPÍRITO SANTO

**RELATOR : MIN. LUIZ FUX**

RECTE.(S) : VERA LUCIA QUEIROZ GOMES RAMOS

ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

**Decisão:** Por maioria de votos, a Turma negou provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator, vencida a Senhora Ministra Rosa Weber. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. 1ª Turma, 25.6.2013.

Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Rosa Weber.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma